

**A AGRICULTURA, SUAS RELAÇÕES COM A INDÚSTRIA E A PRESENÇA  
DO ESTADO COMO DINAMIZADOR DA PRODUÇÃO ENTRE AS DÉCADAS  
DE 1950 E 1970 NO BRASIL**

Renato Mateus

Graduando em História pela Universidade Federal  
de Uberlândia/MG- Campus FACIP

Email: [cdrenatomateus@gmail.com](mailto:cdrenatomateus@gmail.com)

O sistema produtor agrícola brasileiro que se sustentou na monocultura, principalmente até o início da década de 1930, passa a sofrer modificações com a crise mundial, vigente naquele momento, onde a demanda para exportação de produtos primários que o país fazia, não encontrava correspondência nos países desenvolvidos, havendo a necessidade de reconversão da agricultura de exportação, principalmente cafeeira, para o mercado interno, que já dispunha de certo crescimento devido ao aumento demográfico, a urbanização e a industrialização em crescimento. Além disso, Há um novo modelo de ocupação de terras, onde ocorre uma fragmentação de propriedades, causadas pelo declínio da cultura cafeeira, que determinam o aproveitamento de consideráveis porções de terras, que eram consideradas pouco úteis para esta cultura. Nas relações trabalhistas camponesas, figuras como do meeiro, do arrendatário e até mesmo do posseiro, que estão estabelecidas historicamente desde à Colônia, passam a ter um grau de importância mais considerável, ampliando-se as relações de complexidade no campo e na mão de obra empregada, além da diversificação de culturas, do manuseio da terra e o sistema de comercialização e estocagem. Para CASTRO (1998, p.103).

A propensão ao crescimento da produção agrícola para o mercado interno, uma vez bloqueadas as exportações, a disponibilidade ilimitada de novas terras de boa fertilidade e o elevado ritmo de expansão demográfica, com abundante fluxo migratório, formam os motivos para a explicação do elevado ritmo de crescimento da agricultura brasileira no período correspondente à moderna industrialização.

Temos que alertar que neste momento, esse processo de retalhamento de terras não significou, de forma alguma, uma democratização da propriedade rural, serviu apenas para manter a pequena produção como apêndice da grande, constituindo-se numa forma de garantir o fornecimento de trabalhadores a baixo custo, quando necessários. Constitui-se assim uma frente de expansão formada basicamente por pequenos produtores, que se articula com o mercado através da chamada “agricultura do excedente”. A substituição desta se dá por uma frente pioneira, ou com a abertura de uma nova *fronteira agrícola*<sup>1</sup>, que se baseia nos princípios capitalistas e suas relações com o sistema bancário, com indústrias, empresas imobiliárias e de suporte ao escoamento da safra<sup>2</sup>. Este trabalho, portanto, busca entender quais caminhos foram percorridos durante estas transformações sociais. O que ocorreu no meio rural durante este período? Por que as políticas de Estado tiveram de ser implantadas no que tange à agricultura. Porque da necessidade de modernização no campo? E como se deu a relação da indústria com a produção agrícola, que se voltou inicialmente para produção de alimentos básicos e posteriormente, para a consolidação do processo de modernização do campo, que se volta à exportação e ao predomínio da grande propriedade rural.

Observando a relação entre agricultura e indústria, de acordo com BESKOW (1999)<sup>3</sup>, durante o período que se estende do pós-guerra até o início dos anos 60, o país caminhou para etapas mais avançadas de industrialização, ocorrendo uma aproximação com o mundo agrícola, em decorrência de algumas condições favoráveis, como o crescente tamanho do mercado doméstico - significativamente ampliado desde a década de 30, as políticas substitutivas de importações fortemente protecionistas com favorecimento dos empresários já instalados no país, os volumosos investimentos estatais, tanto na infra-estrutura de energia e transportes como na produção de insumos básicos e o forte ingresso de investimentos externos na produção industrial, a partir de

---

<sup>1</sup> Busco em Milton Santos a definição sobre **fronteira agrícola** na qual fala de uma nova geografia feita de *belts* modernos e de novos *fronts*, onde as áreas são ocupadas, se densificam e tecnicam, nelas amadurecem as inovações, aparecem outras que se casa com os novos arranjos, com a resistência e a cooperação das rugosidades do lugar. Co o tempo há uma modernização e a introdução de maquinários, produtos químicos e também de empresas, levando consigo uma nova divisão territorial e social do trabalho. (SANTOS 2003, p.118)

<sup>2</sup> GRAZIANO da Silva, José. **Estrutura e produção de subsistência na agricultura brasileira**/ José Graziano da Silva. São Paulo: HUCITEC. 1980, p.29

<sup>3</sup> BESKOW, Paulo R. Agricultura e política no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964). Revista Estudos, sociedade e agricultura, 12, abril 1999: 56-79

meados dos anos 50, particularmente no setor de bens de consumo duráveis destinados ao mercado interno. Para BESKOW (1999, p.70):

No processo de industrialização substitutiva de importações, coube ao setor agrícola uma série de funções, como: o suprimento de alimentos baratos para a força de trabalho do setor industrial e das demais atividades urbanas; o fornecimento de matérias-primas para as agroindústrias; a geração de saldos positivos na balança comercial com o exterior, a fim de possibilitar a importação dos insumos, das máquinas e equipamentos requeridos pelo processo de industrialização; a transferência de excedentes de capital para serem investidos na diversificação e industrialização da economia brasileira; e o contínuo deslocamento dos excedentes de mão-de-obra do campo para a cidade (migrações internas rurais-urbanas em busca de empregos), suprimindo os mercados urbanos de força de trabalho, sem a qual os referidos processos de industrialização teriam sido impossíveis.

Segundo GRAZIANO (1996, p.30) a partir dos anos de 1950 há a formação do processo de modernização da agricultura brasileira com a elevação do uso dos insumos, a integração de capitais estabelecendo um novo padrão agrícola, com a agroindústria e a políticas públicas exercendo papéis de destaque:

A modernização da agricultura consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meios de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial, processo que perpassa várias décadas e se acentua após a década de 1960. (...) Este processo de modernização passou por três momentos: o da constituição dos CAIs<sup>4</sup>, o da industrialização da agricultura e, o mais recente, da integração de capitais intersetoriais sob o comando do capital financeiro.

Enfatizamos que após a crise econômica mundial do início dos anos de 1930, cresceu a simpatia pelas ações estatais no controle da economia, o Estado passa na maioria das vezes a ser um sujeito *supra-social*, em função da baixa confiabilidade nos mecanismos auto-reguladores da economia de mercado. LESSA<sup>5</sup> (1998) demonstra que o Estado naquele momento se propõe a produzir serviços de necessidade geral cuja indivisibilidade não permite a identificação do beneficiário, tem como meta controlar a produção e o abastecimento de bens e serviços, além de outras funções. Este modelo é

---

<sup>4</sup> CAIs são na definição de GRAZIANO (1996), complexos agroindustriais que agem na substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, ocorrendo a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, além da especialização da produção agrícola e a substituição das importações pelo consumo interno. (p.1)

<sup>5</sup> LESSA. Carlos. **O conceito de política econômica: ciência e/ou ideologia?**/ Carlos Lessa. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998, p.217.

inspirado nas teorias *keynesianas*, que foram bem sucedidas no contexto da recuperação econômica mundial a partir de meados dos anos de 1940 e se define resumidamente na defesa do pleno emprego, do consumo e da ação do Estado, que deve se direcionar no sentido do estímulo à demanda privada através de políticas macroeconômicas, como as políticas fiscal, monetária e de rendas.<sup>6</sup> É digno de nota que, no pensamento econômico brasileiro e na América Latina para o período das décadas de 1950 e 1960, há a influência da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)<sup>7</sup>, que vive seus primeiros anos de funcionamento institucional após a Segunda Guerra Mundial. O debate certamente foi da maior importância, e seus reflexos ainda se fazem sentir. A base da doutrina econômica da CEPAL reside no padrão de relações de comércio exterior entre os países industrializados e de economia periférica. Segundo este argumento criou-se uma divisão internacional do trabalho que impôs aos países periféricos a especialização na produção de produtos primários para exportação, sendo supridos pelos países desenvolvidos de produtos manufaturados. Assim criou-se um quadro de dependência externa enfrentados por estes países subdesenvolvidos e só sendo quebrado este círculo com os desequilíbrios causados pela Primeira Guerra Mundial, pela Depressão e posteriormente a Segunda Guerra e assim estes países começam a voltar-se para dentro. (SUZIGAN, 1986, p.24).

Aliando-se a este sistema, também ganha força, as políticas de incentivos e de subsídios (fiscais, creditícios e cambiais). Esta política de substituição de produtos importados e de incentivos aos investimentos voltados ao próprio país, no período do governo de Juscelino Kubitschek passou a ser chamada de *nacional-desenvolvimentismo associado*<sup>8</sup> dará o passo inicial para o fortalecimento da indústria

---

<sup>6</sup> Fonte: CARVALHO, Fernando Cardim. **J. Keynes e o Brasil**. Revista Economia e sociedade. Vº 17, nºesp. Campinas. Dez, 2008

<sup>7</sup> Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), e tem sua sede em Santiago, Chile. A CEPAL é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável. Fonte: Site do escritório da CEPAL no Brasil: <http://200.9.3.98/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/2/5562/p5562.xml&xml=/Brasil/pl/p18fxml&base=/brasil/tpl/top-bottom.xml>. acesso em 12/05/2012

<sup>8</sup> Segundo Gerson Moura o conceito de *nacional-desenvolvimentismo associado* encontra-se no conjunto de ações voltadas para o crescimento econômico acelerado, com investimentos externos e assistência do setor público. (Moura. Gerson. *Avanços e recuos: a política exterior de JK* In: GOMES. Ângela de

nacional, pois a partir deste momento a importação encontrava obstáculos, como a baixa oferta internacional, pois o mundo ainda se recuperava das conseqüências da Segunda Guerra Mundial. Todo este processo que inclui também o êxodo rural, onde camadas populares são estimuladas a se transferirem para os grandes centros, em busca de melhores salários nas fábricas e de condições mais favoráveis de vida – que por sinal não encontram – abre-se assim, o precedente da escassez de mão-de-obra no campo, estabilização na produção agrícola e com o conseqüente aumento populacional, há uma necessidade de produção de gêneros alimentícios básicos, pois a lei da oferta e da procura já anunciava um quadro inflacionário elevado. SALIM (1986) salienta que diante desta nova realidade econômica do país, com a ascensão da complexidade do sistema urbano-industrial após os anos de 1930, o modelo de desenvolvimento agrícola até então concebido foi colocado em xeque, em função da sua incapacidade estrutural de se ajustar à nova realidade, onde agora o protagonismo era do crescimento das cidades e de suas indústrias. Com relação às políticas públicas voltadas à agricultura desde o início do segundo Governo Vargas (1951-54) há uma estratégia de intervenção do Estado no setor agropecuário no sentido de sua intensificação. As primeiras tentativas de se estabelecer ou estimular o setor de grãos veio com a instrumentalização da (CREAI) - Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Brasil e da (CFP) - Comissão de Financiamento da Produção em 1943<sup>9</sup>. Já a (CNPA) - Comissão Nacional de Política Agrária foi instalada em 14 de janeiro de 1952 pelo ministro da Agricultura, João Cléofas de Oliveira, a qual tinha como objetivo o estudo e a proposição de medidas para a “economia agrícola e o bem-estar rural”. A mesma foi criada num contexto político de reivindicações pela reforma agrária, a qual principiava em vários círculos da sociedade brasileira. Inicialmente, a CNPA dedicou-se aos estudos e aos projetos de reforma de legislação agrária e de acesso à terra pelos produtores rurais, instituída pelo Decreto nº 29.803, de 25 de julho de 1951. Há uma tentativa de resolver ou ao menos amenizar o problema das terras no Brasil, sendo que a CNPA tinha como trabalho e norteamento as “Diretrizes de uma Reforma Agrária”, que provocou fortes reações contrárias por parte da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e das federações das associações dos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Para contrabalançá-las, a 13 de novembro de 1952, através da Lei nº 1.728, foi alterada a legislação protetora dos pecuaristas (que

---

Castro. **O Brasil de JK**. Ângela de Castro Gomes (org.) Clóvis de Faro...[et al.]- 2ª Ed. Rio de Janeiro. Ed. FGV. 2002, p.49

<sup>9</sup> OLIVEIRA (2000)

compreendia as moratórias e reajustamentos). Por meio dela estabeleceu-se uma nova forma de pagamento para as dívidas dos mesmos, cabendo à União a responsabilidade pelo pagamento de 50% dos capitais aplicados, além dos juros vencidos e a vencer até 1954<sup>10</sup>. Neste governo deu-se o início do funcionamento efetivo da “política de preços mínimos” no País, pelo decreto nº 29.126 de 12 de janeiro de 1951: **Decreto nº 29.126, de 12 de Janeiro de 1951 -**

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de primeira necessidade, de produção nacional, para o ano de 1951.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 1º, § 2º da Lei nº 615, de 2 de fevereiro de 1949,

DECRETA:

Art. 1º As bases, a vigorar no ano de 1951, dos preços da FOB, portos do país e as especificações dos cereais e outros gêneros mencionados no art. 2º do Decreto-lei nº 9.879, de 16 de setembro de 1946, são as abaixo discriminadas:

#### **Arroz**

Cento e oitenta cruzeiros (Cr\$180,00) por saca de sessenta (60) quilos, beneficiado, polido, do tipo dois da classe de grãos curtos; duzentos e dez cruzeiros (Cr\$210,000) por saca de sessenta (60) quilos, beneficiado, polido, do tipo dois da classe de grãos médio e longos; cento e vinte cruzeiros (Cr\$120,00) por saca de sessenta (60) quilos, em casca, dos tipos um e dois, da classe de grãos curtos; cento e quarenta cruzeiros (Cr\$140,00) por saca de sessenta (60) quilos, em casca, dos tipos um e dois da classe de grãos longos e médios, todos - classes e tipos - de acordo com as especificações baixadas pelo Decreto nº 28.098, de 10 de maio de 1950. Cento e vinte e seis cruzeiros (Cr\$126,00) por saca de sessenta (60) quilos, beneficiado, das melhores qualidades comumente produzidas no norte e nordeste do país; oitenta e quatro cruzeiros (Cr\$84,00) por saca de sessenta (60) quilos, em casca, das melhores qualidades comumente produzidas no norte e nordeste do país.

#### **Feijão**

Cento e quinze cruzeiros (Cr\$115,00) por saca de sessenta (60) quilos, das variedades branca, cento e cinco cruzeiros (Cr\$105,00) das variedades de côres ou rajadas, e cem cruzeiros (Cr\$100,00) das variedades pretas, do tipo três (3) das especificações baixadas pelo Decreto número 7.260, de 28 de maio de 1941.

#### **Milho**

Sessenta e seis cruzeiros (Cr\$66,00) por saca de sessenta (60) quilos dos grupos "duro", "mole" ou "misto" nas colarações "branca" "amarela" ou "mesclada" do tipo três (3) das especificações baixadas pelo Decreto nº 7.436, de 25 de junho de 1941.

#### **Amendoim**

Sessenta e seis cruzeiros (Cr\$66,00) por saca de vinte e cinco (25) quilos das classes "graúda" ou "miúda" do tipo dois (2) das especificações baixadas pelo Decreto nº 7.266, de 29 de maio de 1941.

---

<sup>10</sup> (BESKOW, 1999)

## Soja

Noventa cruzeiros (Cr\$90,00) por saca de sessenta (60) quilos da variedade comum.

## Girassol

Dois cruzeiros (Cr\$2,00) por quilo ensacado do tipo dois (2), com sementes cheias e percentagens normal de óleo de acordo com as especificações baixadas com o Decreto número 8.178, de 7 de novembro de 1941.

## Trigo em grão

Dois cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$2,50) por quilo para o produto limpo, seco, ensacado e com peso de setenta e oito (78) quilos por hectolítro.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de janeiro de 1951; 130º da Independência e 63º da República.<sup>11</sup>

Os preços mínimos se baseavam no sistema de preços antecipados, cuja função seria reduzir ou transferir para a sociedade a incerteza de preços com que se defrontavam os produtores por ocasião do plantio. No Brasil, já nos anos de 1950, já havia a preocupação referente ao desempenho inadequado da agricultura, influência dos *Cepalinos*: As economias latino-americanas teriam desenvolvido estruturas pouco diversificadas e integradas, com um setor primário-exportador dinâmico, mas incapaz de difundir progresso técnico para o resto da economia, empregar produtivamente o conjunto da mão-de-obra e permitir o crescimento sustentado dos salários reais. Ao contrário do que pregava a doutrina do livre comércio, esses efeitos negativos se reproduziriam ao longo do tempo na ausência de uma indústria dinâmica.<sup>12</sup> Esta era a visão do momento com a necessidade de modernizar sendo que um dos instrumentos que facilitaria esta modernização seriam as políticas de crédito rural, cujos subsídios tornariam mais baratos os insumos, facilitando sua utilização. A tarefa de sustentação do setor foi transferida às políticas de suporte de preços, como a (PGPM) – Política de Garantia de Preços Mínimos.<sup>13</sup> A idéia de Preços mínimos se origina com a publicação da obra de D. Johnson (1947) intitulada *Forward Prices for Agriculture*<sup>14</sup> que formaliza uma proposta de intervenção que divulgasse preços antecipados, contribuindo para uma

---

<sup>11</sup> Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/1/1951, Página 739 (Publicação Original). Fonte eletrônica: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29126-12-janeiro-1951-331404-publicacaooriginal-1-pe.html>

<sup>12</sup> SZMRECSÁNYI. Tamás, COELHO. Francisco da Silva. (orgs). **O Desenvolvimentismo Cepalino: Problemas Teóricos e Influências no Brasil**. In: Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Atlas, 2007.p.4

<sup>13</sup> CARVALHO. Maria Auxiliadora de, SILVA. César Roberto Leite da. **Preços Mínimos e estabilização de preços agrícolas**. In: Revista de Economia Política, Vol. 13,nº 1 (49). Jan/Mar. 1993. p. 53/54

<sup>14</sup> JOHNSON, D. Gale. **Forward Price for Agriculture**. Chicago. University of Chicago. 1947.

mais adequada alocação de recursos na agricultura. Para ele os agricultores não tinham a dimensão exata da mudança de preços no mercado, sempre as oscilações de safra e entre safras prejudicariam por demais estes produtores. Para que esta política prosperasse, algumas condições eram primordiais, como a formação de estoques reguladores e de que o preço antecipado seja próximo do preço de equilíbrio esperado. Esta política se configura como um seguro de preços, sendo que a principal diferença está na abrangência de quem pagaria o prêmio de risco, que neste caso se transfere para além do setor agrícola, alcançando a sociedade como um todo.

A tabela 1 abaixo mostra a efetivação desta crescente urbanização e a conseqüente perda numerária da população rural, fazendo um adendo de que esta população urbana precisava ser alimentada, assim, caberia a efetivação das políticas públicas que começam a tomar forma, inclusive com o apoio da indústria que atuaria como incentivadora, consumidora e transformadora desta produção. Vemos que a população urbana sofre um impacto principalmente entre as décadas de 1950 e 1970, ocorrendo um aumento expressivo, passando de 18 milhões e 700 mil habitantes em 1950 para 52 milhões e 900 mil habitantes em 1970. Essa substantiva modificação gera conseqüências como problemas de moradias, escassez de água, aumento dos preços de alimentos. Há um estímulo para que a população se transfira para as cidades, mas estas não possuem infraestrutura urbanística e social para dar conta da demanda.

**TABELA 1 - Brasil:** evolução da população rural, urbana, total e índice de urbanização no período de 1940 a 2000.

Décadas	População Rural	População Urbana	População Total	Índice de Urbanização
1940	28.356.133	10.891.000	39.247.133	26,35
1950	33.161.506	18.783.000	51.944.506	36,16
1960	38.767.423	31.956.000	70.723.423	45,52
1970	41.054.053	52.905.000	93.959.053	56,80
1980	38.566.297	82.013.000	120.579.297	68,86
1991	35.834.485	115.700.000	151.534.485	77,13
2000	31.845.211	137.953.959	169.799.170	81,23

Fonte: IBGE, 2008. SANTOS, 2008. Org.: NASCIMENTO, P. A. G., 2008. Reorg. MATEUS, Renato. (2012)



Já na tabela 2 vemos que a influência da agricultura no montante do PIB brasileiro vai caindo paulatinamente, sendo que os índices que chegavam perto dos 40% nas primeiras décadas do século XX caem para a casa dos 10% aos fins do século, mostrando a perda de participação e apontando para o setor industrial e de serviços a liderança em termos de PIB. Podemos apontar que esta queda se acentua na década de 1950 - de entorno de 22% até chegarmos à década de 1980 – entorno de 9%. A agricultura brasileira deixa de ser monopolista, dividindo com os demais setores da economia, a responsabilidade na produção de riquezas para o país. Mesmo com os fortes investimentos estatais, os financiamentos e políticas voltadas à agricultura, a partir de meados da década de 1960, este quadro não se altera.

**Tabela 2 - Participação dos setores no Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - 1900/2000** - (Em %, baseadas nos valores a preços de 1949)

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços
1900	44,57	11,59	43,84
1910	39,73	13,08	47,19
1920	38,09	15,72	46,19
1930	35,77	14,81	49,41
1940	29,42	18,74	51,84
1950	22,42	25,64	51,94
1960	16,91	29,85	53,25
1970	14,27	32,52	53,22
1980	9,81	34,29	55,90
1990	10,54	29,97	59,49
2000	11,04	27,74	61,22

Fontes: **Estatísticas históricas do Brasil**: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988, 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990; **Indicadores conjunturais**: Contas nacionais trimestrais. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev.2002. Extraído da publicação: **Estatísticas do século XX**. Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento/ IBGE. ISBN 85-240-3894-2. Rio de Janeiro. 2006. Org. MATEUS, Renato. (2012)

Embora haja esforços para um planejamento estratégico em políticas econômicas anteriores, como o Plano Quinquenal de Obras e Reparcelamento da Defesa Nacional de 1942 e o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) de 1946/1947<sup>15</sup>, a política macroeconômica de maior envergadura e consistente veio com o Programa de

<sup>15</sup>FARO, Clóvis de. & DA SILVA, Salomão L. Quadros. **A década de 1950 e o Programa de Metas**. IN: **O Brasil de JK**/Ângela de Castro Gomes (org.) Clóvis de Faro... (ET AL. – 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p.81

Metas do governo JK, o qual tinha como fundamento o investimento em setores estratégicos capazes de estimular a capacidade de crescimento, em especial, os de infraestrutura viária e geração de energia<sup>16</sup>. Observamos no quadro ilustrativo (Tabela 3), que à agricultura especificamente foram destinadas apenas três metas prioritárias, de um total de trinta, sendo que o enfoque foi no estímulo à modernização agrícola e no apoio ao fortalecimento da *agroindústria*, cuja carência de tecnologia deveria ser atendida por multinacionais que deteriam uma maior capacidade para suprir o mercado. A meta 14 que enfatizava a questão da infraestrutura de armazenamento da safra não foi cumprida, pois esta dependia diretamente do Estado e neste momento a prioridade não é dada para tal fim. As metas 17 e 18 foram cumpridas devido à instalação de fábricas de máquinas agrícolas e de insumos, investimentos estes oriundos do exterior.

Tabela 3:

<b>Plano de Metas de JK – Assunto: Agricultura</b>		
	Proposta em 1955	Resultado em 1960
Meta 14 – <i>Armazéns e Silos</i>	742 mil tonel.	569.233 tonel.
Meta 17 – <i>Mecanização Agrícola</i>	De 45 mil tratores 72 mil unidades	77.362 unidades de tratores
Meta 18 – <i>Fertilização</i>	De 18 mil p/ 120 mil tonel.	290 mil toneladas

FONTE: FARO, Clóvis de. & DA SILVA, Salomão L. Quadros. A década de 1950 e o Programa de Metas IN: O Brasil de JK/Ângela de Castro Gomes (org.) Clóvis de Faro... (ET AL. – 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p.87 e 88. ORG. MATEUS, Renato. (2012)

<sup>16</sup> Idem (p.82)

Para GUIMARÃES (2010)<sup>17</sup> neste momento o Estado brasileiro apresentou três características que merecem ser abordadas: a concentração de poder, a criação de infraestrutura para o desenvolvimento do capitalismo e a interferência de demandas regionais, como a construção de Brasília e a expansão extensiva da produção interna de alimentos(p.127). Assim se fortaleceu a partir da década de 1950, núcleos urbanos no interior que cumpriram função de suprir as demandas da Capital Federal. Para isso há uma combinação de fatores para um bom desempenho agrícola em áreas como a do Triângulo Mineiro, como a qualidade das terras, a facilidade geográfica e uma rápida adaptação nas relações inter-regionais de trabalho, com o incremento de mão de obra imigrante.

Por assim, durante a década de 1960, observou-se uma redefinição das relações entre a agricultura e o setor industrial. O setor agrícola sofre alterações no seu processo de produção para cada vez mais poder atender os interesses indústrias emergentes. O complexo agroindustrial progressivamente passa a orientar o processo de produção agropecuária, contribuindo para alterar suas bases técnicas, “modernizando a agricultura”.<sup>18</sup> Em consonância com as demais políticas, surge pela lei 4829 de 5 de novembro de 1965, o SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural, sendo o Banco do Brasil o responsável pelo controle das ações. O objetivo era o de prover o setor agrícola com recursos externos para financiar o custo operacional, investimento e comercialização e estimular o processo de formação de capital, além do estímulo à tecnologia.<sup>19</sup> Para GRAZIANO, 1996; o momento de institucionalização do SNCR pode ser considerado como a passagem do antigo estilo de desenvolvimento e a implantação de um novo padrão agrícola, resultado da consolidação do complexo agroindustrial e as mudanças na base técnica de produção agrícola. Projeto esse, que aliado ao crescimento e diversificação das exportações e as políticas agrícolas como um todo, possibilitaram a afirmação da modernização na agricultura do país.<sup>20</sup>

---

<sup>17</sup> GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: Integração nacional e consolidação regional/** Eduardo Nunes Guimarães. Uberlândia: EDUFU, 2010

<sup>18</sup>(SALIM,1986,p.301)

<sup>19</sup> CASTRO, Eduardo Rodrigues de. *Crédito rural e oferta agrícola no Brasil/* Eduardo Rodrigues de Castro. Viçosa/MG, 2008 tese de doutorado UFV. P. 2

<sup>20</sup> GRAZIANO da Silva. Jose. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas SP. Unicamp. IE. 1996.p. 26

SALIM<sup>21</sup> ressalta que é, sobretudo com o Plano de metas e Bases para a Ação do Governo, que na prática deu origem ao I PND (1972/1974), que um conjunto de medidas ficou conhecido como “Política Agrícola” e passa a ser objetivo a alteração do desempenho de setor agropecuário:

Neste período, tornou-se visível a preocupação do governo em promover um crescimento da agricultura a taxas superiores a 7% ao ano, através de alteração nos métodos de produção propiciada por incentivos de créditos, assistência técnica e preços favoráveis no sentido de elevar os seus níveis de produtividade. (SALIM, 1986, p.305)

As transformações ocorridas entre as décadas de 1950 e 1970 no Brasil no que se refere à agricultura, alterando o modelo de sustentação econômico, anteriormente baseado na monocultura, voltado principalmente às exportações, sofrem o impacto das medidas em favor da modernização dos meios produtivos, de ações governamentais em favor de um desenvolvimento tecnológico, dos avanços na produtividade e nas formas de cultivo. Há uma abertura ao capital estrangeiro para financiamento destes avanços técnicos e metodológicos, mais notadamente a partir da década de 1960. Este modelo em que GRAZIANO (1996) chamou de “modernização conservadora” trouxe conquistas consideráveis em produtividade, em novas descobertas relativas ao cultivo de terras antes mal aproveitadas, como o Cerrado, por exemplo, mas também causou uma acentuação do problema do acesso à terra, pois esta política de modernização agrícola contribuiu para que as diferenças sociais no campo de ampliassem. Os financiamentos, créditos agrícolas, e demais facilidades propostas para que o Estado subsidiasse e controlasse a produção agrícola, alcançou uma camada privilegiada, que já desfrutava de benesses. O resultado da modernização conservadora foi o acúmulo ainda maior de terras nas mãos dos grandes fazendeiros, a invasão de grandes multinacionais e do capitalismo no campo, fazendo com que os produtos agrícolas se mantivessem a preços altos, que as pequenas propriedades fossem cada vez mais engolidas pelas grandes empresas de *agronegócios* e os problemas urbanos se acentuassem na medida em que o êxodo rural de completava.

---

<sup>21</sup> SALIM, Celso Amorim. **As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrado no Brasil: Avaliação e perspectivas.** In: Cad. Dif. Tecnol. Brasília, 3(2): 297-342, maio/ago. 1986

## **BIBLIOGRAFIA**

BESKOW, Paulo R. **Agricultura e política no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964)**. Revista Estudos, sociedade e agricultura, 12, abril 1999: 56-79

CARVALHO. Maria Auxiliadora de, SILVA. César Roberto Leite da. **Preços Mínimos e estabilização de preços agrícolas**. In: Revista de Economia Política, Vol. 13, nº 1 (49). Jan/Mar. 1993

CARVALHO, Natalya Dayrell de. **Territorialização do capital: As políticas públicas para o campo na mesorregião do triângulo mineiro/alto Paranaíba**. IN: Anais do 4º Encontro Nacional de grupos de pesquisa – ENGRUP, São Paulo, pp. 831, 2008.

CASTRO, Eduardo Rodrigues de. **Crédito rural e oferta agrícola no Brasil/ Eduardo Rodrigues de Castro**. Viçosa/MG, 2008 tese de doutorado UFV. P. 2

FARO. Clóvis de. & DA SILVA. Salomão L. Quadros. **A década de 1950 e Programa de Metas**. IN: O Brasil de JK/Ângela de Castro Gomes (org.) Clóvis de Faro... (ET AL. – 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

GOMES. Ângela de Castro. **O Brasil de JK**. Ângela de Castro Gomes (org.) Clóvis de Faro...[et al.]- 2ª Ed. Rio de Janeiro. Ed. FGV. 2002

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: Integração nacional e consolidação regional/ Eduardo Nunes Guimarães**. Uberlândia EDUFU. 2010.

GRAZIANO da Silva, José. **Estrutura e produção de subsistência na agricultura brasileira/ José Graziano da Silva**. São Paulo: HUCITEC. 1980

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas SP. Unicamp. IE. 1996

JOHNSON, D. Gale. **Forward Price for Agriculture**. Chicago. University of Chicago. 1947.

LESSA. Carlos. **O conceito de política econômica: ciência e/ou ideologia?/ Carlos Lessa**. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998.

SALIM, Celso Amorim. **As políticas econômica e tecnológica para desenvolvimento agrário das áreas de cerrado no Brasil: Avaliação e perspectivas**. In: Cad. Dif. Tecnol. Brasília, 3(2): 297-342, maio/ago. 1986

SANTOS, Milton, 1926-2001. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI/ Milton Santos, Maria Laura Silveira**. – 9ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006

SUZIGAN, WILSON. **Indústria Brasileira: Origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense. 1986

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil** / Tamás Szmrecsányi. 2ªed. São Paulo: Contexto, 1996. (coleção pensando a história)

SZMRECSÁNYI, Tamás e QUEDA, Oriowaldo (org.). **Vida e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. 3ª Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979

SZMRECSÁNYI. Tamás, e COELHO. Francisco da Silva. (orgs). **O Desenvolvimentismo Cepalino: Problemas Teóricos e Influências no Brasil**. In: Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Atlas, 2007.

Fontes eletrônicas:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29126-12-janeiro-1951-331404-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em 12/02/2013

<http://200.9.3.98/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/2/5562/p5562.xml&xml=/Brasil/pl/p18fxsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xml>. acesso em 12/05/2012